

## Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

### 1) Política Operacional

Em 2016, o Sicoob Leste Capixaba completou 27 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

### 2) Nosso Desempenho

#### 2.1) Retornos

			%	p.p
ROE/ROA	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Varição	
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	26,85	35,60	-8,75	
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	6,14	7,55	-1,41	

#### 2.2) Resultado

		Em Milhares R\$	%
Demonstração do Resultado do Período	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Varição
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	113.239	89.600	26,38
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	67.681	29.594	128,7
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	14.364	5.140	179,46
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	18.978	15.244	24,49
Receitas com Ato Não Cooperativo	3.761	2.170	73,32
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	42.081	36.222	16,18
Despesas tributárias	1.006	480	109,58
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	7.264	3.354	116,58
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	35.379	24.025	47,26
Juros ao Capital	22.215	16.358	35,81
Sobras do exercício	63.666	65.031	- 2,10

Contribuíram para compor a Sobre do exercício de 2016:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 24,49%, o resultado da intermediação financeira aumentou 26,38%, a receita com recuperação de prejuízo cresceu 179,46% e a receitas com ato não cooperativo aumentou 73,32% em relação ao mesmo período de 2015.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2015, foi de 16,18%.

Houve um aumento de 47,26% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 45,10%.

Foi pago para os associados em 2016 o valor de R\$ 22.215 mil referente a juros ao capital, que é 35,81% maior do que o pago no exercício anterior.

#### 2.3) Dados Patrimoniais

		Em Milhares R\$	%
Balanco Patrimonial	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Varição
Ativos Totais	1.109.844	970.282	14,38
Centralização Financeira	301.662	235.391	28,15
Carteira de Crédito	831.358	728.066	14,19
Depósitos	625.119	512.388	22,00
Patrimônio Líquido	296.509	246.161	20,45
Patrimônio de Referência (PR)	296.499	246.152	20,45

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2016

O total de ativos atingiu R\$ 1.109.844 mil ao final de dezembro de 2016, com crescimento de 14,38% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 831.358 mil, com crescimento de 14,19% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Os depósitos obtiveram um aumento de 22% considerando o mesmo período de 2015, atingindo no final do exercício de 2016 o montante de R\$ 625.119 mil.

O patrimônio líquido cresceu 20,45% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 296.509 mil.

Em 31/12/2016 a inadimplência acima de 90 dias foi de 2,56%, percentual inferior ao verificado no mercado.

#### 2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

	31/12/2016			31/12/2015			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
<b>Carteira de Crédito</b>								
Crédito Rural	132.629	19.557	152.186	146.953	23.411	170.364	-18.178	-10,67%
Empréstimos	156.277	444.486	600.763	134.183	341.434	475.617	125.146	26,31%
Títulos descontados	7.250	48.631	55.881	7.473	52.551	60.024	-4.143	-6,90%
Conta Corrente	9.459	13.069	22.528	8.855	13.207	22.062	466	2,11%
Total	305.615	525.743	831.358	297.464	430.603	728.067	103.291	14,19%

### 3) Pessoas

Contávamos com 190 colaboradores no final do exercício de 2016, desses 97,89% possuem ensino superior e 66,84% com Certificação Profissional ANBIMA (CPA). A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 17.093 mil no exercício corrente.

### 4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2016, houve uma concentração de 83,74% nos níveis de risco "AA" a "C".

### 5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

### 6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

### 7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

### 8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2016, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 66 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, as 45 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

### 9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Linhares – ES, 31 de janeiro de 2017.

**Conselho de Administração.**

## Balanco Patrimonial

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>		<b>751.524</b>	<b>690.682</b>
Disponibilidades		2.846	5.525
Títulos e Valores Mobiliários	4	12.989	489
Carteira Própria		12.989	489
Relações Interfinanceiras	5	301.662	235.391
Centralização Financeira - Cooperativas		301.662	235.391
Operações de Crédito	6	426.011	442.573
Empréstimos e Títulos Descontados		403.097	357.737
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		114.881	138.939
(-) Provisão para Operações de Crédito		-91.967	-54.103
Outros Créditos	7	6.344	4.267
Crédito por Avais e Fianças Honoradas		2.334	172
Rendas a Receber		3.929	3.029
Diversos		1.849	1.298
(-) Provisão para Outros Créditos		-1.768	-232
Outros Valores e Bens	8	1.672	2.437
Outros Valores e Bens		1.865	2.514
(-) Provisão para Desvalorizações		-221	-88
Despesas Antecipadas		28	11
<b>Não Circulante</b>		<b>358.320</b>	<b>279.600</b>
Realizável a Longo Prazo		320.573	244.740
Títulos e Valores Mobiliários		4.205	10.499
Carteira Própria	4	4.205	10.499
Operações de Crédito	6	313.380	231.390
Empréstimos e Títulos Descontados		276.075	199.966
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		37.305	31.424
Outros Créditos	7	2.988	2.851
Diversos		2.988	2.851
<b>Permanente</b>		<b>37.747</b>	<b>34.860</b>
Investimentos	9	28.749	26.025
Participação em Cooperativa Central de Crédito		19.336	18.843
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		9.413	7.182
Imobilizado de Uso	10	8.828	8.599
Imóveis de Uso		4.717	4.053
Outras Imobilizações e Uso		11.859	10.776
(-) Depreciação Acumulada		-7.748	-6.230
Intangível	11	170	236
Ativos Intangíveis		640	639
(-) Amortização Acumulada		-470	-403
<b>TOTAL</b>		<b>1.109.844</b>	<b>970.282</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>		<b>770.117</b>	<b>681.655</b>
Depósitos	12	625.091	512.384
Depósito à Vista		148.809	130.418
Depósito Sob Aviso		1.677	2.211
Depósito a Prazo		474.605	379.755
Relações Interfinanceiras	13.1	108.264	134.313
Repasses Interfinanceiros		108.264	134.311
Correspondentes		-	2
Relações Interdependências	14	3.955	4.743
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.955	4.743
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	8.542	9.353
Empréstimo no País - Outras Instituições		8.542	9.353
Outras Obrigações		24.265	20.862
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados		270	245
Sociais e Estatutárias	15.1	13.586	10.536
Fiscais e Previdenciárias	15.2	1.782	1.396
Diversas	15.3	8.627	8.685
<b>Não Circulante</b>		<b>43.218</b>	<b>42.466</b>
Depósitos	12	28	4
Depósito a Prazo		28	4
Relações Interfinanceiras	13.1	39.675	39.083
Repasses Interfinanceiros		39.675	39.083
Outras Obrigações	15.4	3.515	3.379
Diversas		3.515	3.379
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>17</b>	<b>296.509</b>	<b>246.161</b>
Capital Social		180.092	141.742
De Domiciliados No País		181.263	142.479
(-) Capital a Realizar		-1.171	-737
Reserva de Sobras		100.451	78.498
Sobras Acumuladas		15.966	25.921
<b>TOTAL</b>		<b>1.109.844</b>	<b>970.282</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações das Sobras ou Perdas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEMESTRE 2016 (Não auditado)	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ingressos da Intermediação Financeira</b>	<b>20.1</b>	<b>102.225</b>	<b>184.324</b>	<b>141.193</b>
Operações de Crédito		101.054	182.097	139.968
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		1.171	2.227	1.225
<b>Dispêndios da Intermediação Financeira</b>	<b>21.1</b>	<b>-77.655</b>	<b>-138.766</b>	<b>-81.187</b>
Operações de Captação no Mercado		-30.758	-57.968	-40.566
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.3	-6.464	-13.117	-11.027
Provisão para Operações de Créditos		-40.433	-67.681	-29.594
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>		<b>24.570</b>	<b>45.558</b>	<b>60.006</b>
<b>Outros Ingressos / Rec. (Dispêndios / Desp.) Operacionais</b>		<b>9.001</b>	<b>19.510</b>	<b>6.200</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		5.465	10.054	6.694
Rendas (Ingressos) de Tarifas		4.708	8.924	8.550
Dispêndios/Despesas de Pessoal		-9.087	-17.093	-15.160
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		-10.941	-20.421	-16.038
Dispêndios/Despesas Tributárias		-544	-1.006	-480
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		18.148	35.379	24.025
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	20.2	4.229	8.240	3.633
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	21.2	-2.977	-4.567	-5.024
<b>Resultado Operacional</b>		<b>33.571</b>	<b>65.068</b>	<b>66.206</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>22</b>	<b>-137</b>	<b>-426</b>	<b>-279</b>
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>33.434</b>	<b>64.642</b>	<b>65.927</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Participações nos Resultados de Empregados		-504	-976	-896
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>		<b>32.930</b>	<b>63.666</b>	<b>65.031</b>
<b>Informação adicional sobre a destinação do resultado:</b>				
<b>Destinações legais e Estatutárias</b>				
F.A.T.E.S.		-	-25.485	-22.752
Reserva Legal		-	-21.953	-18.851
<b>Resultado antes do Juros ao Capital</b>			<b>32.930</b>	<b>42.279</b>
Juros ao Capital	19		-22.215	-16.358
<b>Sobras / Perdas Líquidas</b>			<b>32.930</b>	<b>25.921</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
<b>Saldos em 31/12/14</b>	<b>107.022</b>	<b>-397</b>	<b>59.647</b>	<b>22.156</b>	<b>188.428</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>					
Ao Capital	22.076			-22.076	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				-80	-80
<b>Movimentações de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	5.584	-340			5.244
Por Devolução (-)	-4.937				-4.937
Estorno de Capital	-38				-38
Sobras ou Perdas Líquidas				65.031	65.031
Provisão de Juros ao Capital	nota 19			-16.358	-16.358
Subscrição do Juros ao Capital	nota 19	16.207			16.207
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	nota 19	-2.885			-2.885
IRRF sobre Juros ao Capital		-550			-550
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>	<b>nota 17.d</b>			<b>-1.545</b>	<b>-1.545</b>
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>					
Fundo de Reserva	nota 17.d		18.851	-18.851	-
F A T E S	nota 17.d			-2.356	-2.356
<b>Saldos em 31/12/15</b>	<b>142.479</b>	<b>-737</b>	<b>78.498</b>	<b>25.921</b>	<b>246.161</b>
<b>Saldos em 31/12/15</b>	<b>142.479</b>	<b>-737</b>	<b>78.498</b>	<b>25.921</b>	<b>246.161</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>					
Ao Capital	nota 17.c	25.783		-25.783	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados	nota 17.c			-138	-138
<b>Movimentações de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	9.871	-434			9.437
Por Devolução (-)	-13.737				-13.737
Estorno de Capital	-53				-53
<b>Reversões de Reservas</b>					
Sobras ou Perdas Líquidas				63.666	63.666
Provisão de Juros ao Capital	nota 19			-22.215	-22.215
Subscrição do Juros ao Capital	nota 19	21.879			21.879
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	nota 19	-4.136			-4.136
IRRF sobre Juros ao Capital		-823			-823
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>	<b>nota 17.d</b>			<b>-1.536</b>	<b>-1.536</b>
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>					
Fundo de Reserva	nota 17.d		21.953	-21.953	-
F A T E S	nota 17.d			-1.996	-1.996
<b>Saldos em 31/12/16</b>	<b>181.263</b>	<b>-1.171</b>	<b>100.451</b>	<b>15.966</b>	<b>296.509</b>
<b>Saldos em 30/06/16 (Não auditado)</b>	<b>165.808</b>	<b>-928</b>	<b>78.498</b>	<b>30.736</b>	<b>274.114</b>
<b>Movimentações de Capital: (Não auditado)</b>					
Por Subscrição/Realização	7.201	-243			6.958
Por Devolução (-)	-8.648				-8.648
Estorno de Capital	-18				-18
<b>Reversões de Reservas</b>					
Sobras ou Perdas Líquidas				32.930	32.930
Provisão de Juros ao Capital	nota 19			-22.215	-22.215
Subscrição do Juros ao Capital	nota 19	21.879			21.879
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	nota 19	-4.136			-4.136
IRRF sobre Juros ao Capital		-823			-823
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>	<b>nota 17.d</b>			<b>-1.536</b>	<b>-1.536</b>
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>					
Fundo de Reserva	nota 17.d		21.953	-21.953	-
F A T E S	nota 17.d			-1.996	-1.996
<b>Saldos em 31/12/16</b>	<b>181.263</b>	<b>-1.171</b>	<b>100.451</b>	<b>15.966</b>	<b>296.509</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2016 (Não auditado)	31/12/2016	31/12/2015
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações</b>	<b>33.434</b>	<b>64.642</b>	<b>65.927</b>
Participações nos Resultados de Empregados	-504	-976	-896
Depreciações e Amortizações	785	1.586	1.597
Provisão de Juros ao Capital	-22.215	-22.215	-16.358
Provisão para perda com operações de crédito	40.433	67.681	29.594
Resultado de participação de coligadas e controladas e distribuição de sobras	-	-1.438	-457
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	-	7	36
	<b>51.933</b>	<b>109.287</b>	<b>79.443</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	2.304	-6.205	-1.971
Relações Interfinanceiras	61	-	-
Operações de Crédito	-72.869	-133.110	-134.605
Outros Créditos	-229	-2.214	-1.743
Outros Valores e Bens	266	766	-1.558
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	7.494	18.391	4.045
Depósitos sob Aviso	-9	-534	-62
Depósitos a Prazo	15.287	94.874	112.999
Outras Obrigações	4.465	3.203	1.917
Relações Interfinanceiras	-3.628	-25.458	173.396
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-1.278	-811	-159.740
Relações Interdependências	3.912	-788	4.690
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>7.709</b>	<b>57.401</b>	<b>76.811</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Alienação de Investimento	-	-	-
Recebimento Dividendos	-	944	457
Distribuição Sobras da Central	-	494	-
Alienação de Imobilizado de Uso	-	-	-
Aplicação no Intangível	-	-2	-
Aplicação no Diferido	-	-	-78
Inversões em Imobilizado de Uso	-133	-1.754	-3.514
Inversões em Investimentos	-1.261	-2.724	-4.919
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>-1.394</b>	<b>-3.042</b>	<b>-8.054</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	6.958	9.437	5.244
Devolução de Capital à Cooperados	-8.648	-13.737	-4.937
Estorno de Capital	-18	-53	-38
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	-138	-80
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-1.536	-1.536	-1.545
FATES Sobras Exercício	-1.996	-1.996	-2.356
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	336	336	151
Subscrição do Juros ao Capital	21.879	21.879	16.207
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	-4.136	-4.136	-2.885
IRRF sobre Juros ao Capital	-823	-823	-550
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>12.016</b>	<b>9.233</b>	<b>9.211</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>18.331</b>	<b>63.592</b>	<b>77.968</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>			
No Início do Período	286.177	240.916	162.948
No Fim do Período	304.508	304.508	240.916
<b>Varição Líquida das Disponibilidades</b>	<b>18.331</b>	<b>63.592</b>	<b>77.968</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas Explicativas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

## 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA – (“SICOOB LESTE CAPIXABA” ou “Cooperativa”), é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 18/05/1989, filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB LESTE CAPIXABA possui 17 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: MARILÂNDIA - ES, COLATINA - ES, SOORE-TAMA - ES, JAGUARÉ - ES, ARACRUZ - ES, IBIRACU - ES, LINHARES - ES, JOÃO NEIVA - ES, FUNDÃO - ES, RIO BANANAL - ES, SERRA - ES

O SICOOB LESTE CAPIXABA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, os quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, tendo sido aprovada pela diretoria executiva em 10 de março de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### (a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### (b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### (c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### (d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### (e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

### (f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por

conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

### (g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

### (h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

### (i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

### (j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

### (k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

### (l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

### (m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### (n) Passivos contingentes

São reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

### (o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por direito.

### (p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

### (q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

### (r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

### (s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

## 4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa – Circulante	12.989	489
Título De Renda Fixa – Não circulante	4.205	10.499
<b>TOTAL</b>	<b>17.193</b>	<b>10.988</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e

## Notas Explicativas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	301.662	235.391
<b>TOTAL</b>	<b>301.662</b>	<b>235.391</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

As receitas auferidas dessa transação resultaram em 2016 no montante de R\$ 35.399 (2015 – R\$ 24.025) registradas na rubrica "Ingressos e depósitos intercooperativos".

## 6. Operações de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	2.682	0	2.682	2.397
Empréstimos	317.720	243.670	561.390	426.985
Títulos Descontados	55.881	0	55.881	60.024
Financiamentos	26.814	32.405	59.219	68.297
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	114.881	37.305	152.186	170.363
(-) Provisões para Operações de Crédito	(91.967)	0	(91.967)	54.103
<b>TOTAL</b>	<b>426.011</b>	<b>313.380</b>	<b>739.391</b>	<b>673.963</b>

(b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
A 0,5% Normal	122.623	669	19.366	16.715	159.373	798	179.200	896
B 1% Normal	152.802	7.016	19.202	104.898	283.918	2.839	317.313	3.173
B 1% Vencidas	3.086	31	1.228	3	4.349	43	2.963	30
C 3% Normal	182.833	6.649	11.759	25.941	227.183	6.815	139.535	4.186
C 3% Vencidas	9.767	204	827	221	11.019	331	6.000	180
D 10% Normal	22.732	2.646	818	676	26.872	2.687	8.887	889
D 10% Vencidas	4.368	262	518	137	5.284	528	4.133	413
E 30% Normal	13.995	521	375	464	15.355	4.606	3.731	1.119
E 30% Vencidas	6.966	90	267	27	7.350	2.205	4.733	1.420
F 50% Normal	5.572	457	421	1.280	7.730	3.865	4.726	2.363
F 50% Vencidas	5.161	191	316	0	5.667	2.834	3.802	1.901
G 70% Normal	1.688	227	145	55	2.116	1.481	234	163
G 70% Vencidas	1.321	58	111	12	1.502	1.052	2.092	1.464
H 100% Normal	29.700	2.445	875	1.118	34.139	34.139	15.152	15.152
H 100% Vencidas	26.036	1.061	2.009	405	29.512	29.512	20.753	20.753
Total Normal	543.054	20.631	53.943	151.380	769.009	57.231	683.589	27.942
Total Vencidos	56.705	1.896	5.276	806	64.683	36.504	44.477	26.162
Total Geral	599.759	22.527	59.220	152.186	833.692	93.735	728.066	54.103
Provisões	80.158	4.784	4.437	4.357	93.735		54.103	
Total Líquido	519.601	17.743	54.783	147.830	739.957		673.963	

Na composição do quadro encontra-se agregado, nos níveis de risco, os valores de avais e fianças honrados no montante de R\$ 2.334, bem como o saldo de provisão correspondente no montante de R\$ 1.768, conforme apresentado na nota 7.

(c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	109.421	190.787	243.670	543.878
Títulos Descontados	50.201	5.680	0	55.881
Financiamentos	8.190	18.624	32.405	59.220
Financiamentos Rurais	21.662	93.219	37.305	152.186
<b>TOTAL</b>	<b>189.474</b>	<b>308.311</b>	<b>313.380</b>	<b>811.165</b>

\* A diferença entre o total das operações do quadro "b" e "c" no montante de R\$ 22.527 refere-se aos valores de saldo de cheque especial, conta garantida e adiantamento a depositante, que não possuem vencimento.

(d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.496	148.062	12.980	10.270	174.807	21%
Setor Privado - Indústria	817	45.478	13.222	3.005	62.521	7%
Setor Privado - Serviços	8.418	226.125	21.581	6.136	262.260	31%
Pessoa Física	9.459	157.691	7.250	132.629	307.029	37%
Outros	337	25.743	848	146	27.075	3%
<b>TOTAL</b>	<b>22.527</b>	<b>603.098</b>	<b>55.881</b>	<b>152.186</b>	<b>833.692</b>	<b>100%</b>

(e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	54.103	50.448
Constituições	65.614	29.364
Transferência para prejuízo	(27.750)	(25.709)
<b>TOTAL</b>	<b>91.967</b>	<b>54.103</b>

(f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	18.356	2,00%	402	0,00%
10 Maiores Devedores	117.045	14,00%	1.639	0,00%
50 Maiores Devedores	272.377	33,00%	4.717	1,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	56.275	36.279
Valor das operações transferidas no período	27.750	25.709
Valor das operações recuperadas no período	(14.574)	(6.126)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	211	985
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(965)	(572)
<b>TOTAL</b>	<b>68.697</b>	<b>56.275</b>

O resultado dessas operações montaram em 2016 R\$ 182.097 (2015 – R\$ 139.968) registradas na rubrica "Operações de crédito" na demonstração de sobras ou perdas.

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais E Fianças Honrados	2.334	172
Rendas A Receber	3.929	3.029
Serviços Prestados a Receber	604	385
Outras Rendas a Receber (a)	3.325	2.644
Diversos	4.837	3.917
Adiantamentos e Antecipações salariais	130	119
Adiantamentos para pagamentos de Nossa Conta	4	20
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	8	1
Devedores por Compra de Valores e Bens	7	60
Impostos e Contribuições a Compensar (b)	926	611
Pagamentos a Ressarcir	152	35
Títulos e Créditos a Receber	419	387
Devedores Diversos – País	203	65
(-) Provisões Para Outros Créditos (c)	(1.768)	(232)
<b>TOTAL</b>	<b>6.344</b>	<b>4.267</b>

(a) A maior representatividade desse grupo refere-se à Centralização financeira no montante de R\$ 3.218.

(b) Montante refere-se a impostos federais a serem compensados.

(c) Refere-se a provisão sobre os avais e fianças honrados

## Outros créditos - não circulante

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	2.988	2.851
<b>TOTAL</b>	<b>2.988</b>	<b>2.851</b>

(a) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 310), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.632) e outros (R\$ 1).

## 8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.865	2.514
(Provisões para Desvalorizações) (b)	(221)	(88)
Despesas Antecipadas (c)	28	11
<b>TOTAL</b>	<b>1.672</b>	<b>2.437</b>

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens;

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

## 9. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	Percentual Participação	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	22%	19.336	18.843
Participações inst financ controlada coop crédito	0,83%	9.413	7.182
<b>TOTAL</b>		<b>28.749</b>	<b>26.025</b>

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	23	76	(*)
Terrenos	2.989	2.325	
Edificações	1.728	1.728	4%
Instalações	5.232	4.493	10%
Móveis e equipamentos de Uso	2.454	2.264	10%
Sistema de Comunicação	173	148	10%
Sistema de Processamento de Dados	2.939	2.832	20%
Sistema de Segurança	914	840	10%
Sistema de Transporte	123	123	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	-7.748	-6.230	
<b>TOTAL</b>	<b>8.828</b>	<b>8.599</b>	

(\*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

## 11. Intangível

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	641	639
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-470	-403
<b>TOTAL</b>	<b>170</b>	<b>236</b>

## 12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já as remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	148.809	130.418
Depósito Sob Aviso	1.677	2.211
Depósito a Prazo	474.633	379.759
<b>TOTAL</b>	<b>625.119</b>	<b>512.388</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	11.632	2,00%	4.671	1,00%
10 Maiores Depositantes	80.330	13,00%	17.830	3,00%
50 Maiores Depositantes	173.327	28,00%	35.792	7,00%

O resultado dessas operações montaram em 2016 R\$ 57.968 (2015 – R\$ 40.566) registradas na rubrica "operações de captação no mercado" na demonstração de sobras ou perdas.

## 13. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

## 13.1 Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	84.064	30.475	140.356
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	24.200	9.200	33.038
<b>Total</b>			<b>108.264</b>	<b>39.675</b>	<b>173.394</b>

## 13.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	8.542	-	9.353
<b>Total</b>			<b>8.542</b>	<b>-</b>	<b>9.353</b>

## 13.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
BANCOOB	9.037	8.314
Sicoob Central ES	4.080	2.713
<b>Total</b>	<b>13.117</b>	<b>11.027</b>

## 14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	3.911	4.675
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	44	68
<b>Total</b>	<b>3.955</b>	<b>4.743</b>

Trata-se de cheques emitidos contra ordem de terceiros.

## 15. Outras Obrigações

## 15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição
-----------

## Notas Explicativas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(c) Refere-se a bônus de produtividade da Diretoria.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	1.782	1.396
<b>TOTAL</b>	<b>1.782</b>	<b>1.396</b>

### 15.3 Diversas - Circulante

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Pessoal	1.326	1.164
Outras Despesas Administrativas (a)	1.071	996
Fornecedores	7	533
Credores Diversos – País	498	767
Cheques Descontados (b)	250	693
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento (c)	3.815	3.404
Provisão para Garantias Prestadas (d)	1.660	1.128
<b>TOTAL</b>	<b>8.627</b>	<b>6.685</b>

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com alugueis R\$ 45 mil, comunicações R\$ 94 mil, manutenção e conservação de bens R\$ 14 mil, transporte R\$ 8 mil, plano de saúde R\$ 11 mil, compensação R\$ 375 mil, seguro a recolher R\$ 3 mil, seguro prestamista R\$ 324 mil, provisão de despesas com cartões R\$ 158 mil, outras despesas R\$ 39 mil;

(b) Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2016.

(c) Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas.

(d) Refere-se a garantias prestadas.

### 15.4 Contingências Passivas – Não Circulante

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões, que estão registradas na rubrica provisões para contingências.

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão para causas judiciais	Depósitos judiciais	Provisão para causas judiciais	Depósitos judiciais
PIS (a)	483	483	459	459
COFINS (b)	2.474	2.474	2.352	2.352
Trabalhistas (c)	406	5	407	5
Outras (c)	152	26	161	35
<b>Total</b>	<b>3.515</b>	<b>2.988</b>	<b>3.379</b>	<b>2.851</b>

(a) PIS e COFINS – quando do advento da lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia.

(b) Refere-se a processo trabalhista em andamento.

(c) Refere-se a processo de reparação de danos.

Os processos judiciais em que figuram como polo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizam R\$ 1.288 mil.

### 16. Instrumentos financeiros

O SICOOB LESTE CAPIXABA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

#### 17. Patrimônio líquido

##### (a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	180.092	141.742
Associados	48.032	40.266

##### (b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

##### (c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 02 de abril de 2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 25.921 mil.

##### (d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	41.451	48.673
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.536)	(1.545)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	39.914	47.128
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(21.952)	(18.851)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.996)	(2.356)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>15.966</b>	<b>25.921</b>

### 18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Receita de prestação de serviços	5.035	2.725
Despesas específicas de atos não cooperativos	(674)	(453)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(752)	(448)
Resultado Não Operacional	(426)	(279)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.183	1.545
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>3.183</b>	<b>1.545</b>

### 19. Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros sobre o capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Juros ao Capital	22.215	16.358
IRRF sobre juros ao capital	(827)	(551)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(176)	(150)
Creditado em Conta Corrente (a)	(4.136)	(2.885)
<b>Valor incorporado a conta capital</b>	<b>17.076</b>	<b>12.772</b>

### 20. Outros ingressos/rendas operacionais

#### 20.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2016	2015
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	3.831	3.259
Rendas De Empréstimos	120.834	93.638
Rendas de Títulos Descontados	16.547	13.058
Rendas De Financiamentos	14.206	14.958
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	4	42
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas E Refinanc	12.311	9.873
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	14.364	5.140
Rendas C/ Tit.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	2.227	1.225
<b>TOTAL</b>	<b>184.324</b>	<b>141.193</b>

#### 20.2 Outros Ingressos/rendas operacionais

Descrição	2016	2015
Recuperação de despesas diversas	253	112
Reversão de provisões operacionais	27	55
Rendas de Repasse Delcredere	1.893	1.095
Dividendos	944	457
Distribuição Sobras da Central	494	
Rendas Juros Cartão de Crédito	2.542	948
Rendas de multa por atraso Cartão de Crédito	812	411
Receitas SIPAG	267	23
Rendas Intercâmbio Cartão de Crédito	836	392
Rendas Intercâmbio Cartão de Débito	172	140
<b>TOTAL</b>	<b>8.240</b>	<b>3.633</b>

### 21. Outros dispêndios/despesas operacionais

#### 21.1 Dispêndios da intermediação financeira

Descrição	2016	2015
Despesas De Captação	-57.968	-40.566
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-13.117	-11.027
Provisão para Operações de Crédito	-67.681	-29.594
<b>TOTAL</b>	<b>-138.766</b>	<b>-81.187</b>

#### 21.2 Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2016	2015
Descontos concedidos - operações de crédito	2.159	1.493
Correspondente bancário	150	193
Bonificação de seguro prestamista	7	3
Passivos Trabalhistas	-	15
Passivos Contingentes	18	73
Perdas – Fraudes Externas	23	-
Perdas – Práticas Inadequadas	15	-
Perdas – Falhas de Gerenciamento	21	-
Cancelamento – Tarifas Pendentes	831	673
Descontos Concedidos – Opera Créd – Crédito Pessoal	37	16
Estorno Juros Mora – Operação Crédito – RPL/Rec Repassados	23	-
Tarifas Recebimento Convenio Inss	13	12
Fundo de Desenvolvimento	324	1.297
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	12	36
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	22	65
Contrib. ao fundo Tecnologia da Informação	900	-
Provisão para Garantias Prestadas	-	1.128
Outros	12	20
<b>TOTAL</b>	<b>4.567</b>	<b>5.024</b>

### 22. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	12	14
Outras Receitas Não Operacionais	75	49
Prejuízos Em Transações Com Valores E Bens	-274	-116
Outras Despesas Não Operacionais	-239	-226
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-426</b>	<b>-279</b>

### 23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
19.996	0,72
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
2.568	0,44

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2016:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Conta Corrente	14	-	0,06
Crédito Rural	3.487	(34)	2,29
Empréstimo	8.493	(200)	1,41
Títulos Descontados	182	(5)	0,33

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2016			
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	996	0,67	-
Depósitos a Prazo	3.332	0,70	89% a 100% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m.	6,97% a.m.
Conta Garantida	5,97% a.m.	5,97% a.m.
Desconto de Cheques	1,40% a 4,00% a.m.	1,40% a 4,00% a.m.
Consignado	1,30% a 2,80%	1,30% a 2,80%
Financiamentos	1,50% a 3,80%	1,50% a 3,80%
	CDI + 0,50%	CDI + 0,50%
Empréstimos	1,30% a 4,00% a.m.	1,30% a 4,00% a.m.
	CDI+0,30% a CDI+3,00% a.m.	CDI+0,30% a CDI+3,00% a.m.
Crédito Rural - RPL	1,75% a 2,81% a.m.	1,75% a 2,81% a.m.
Crédito Rural - Repasses	1,00% a.a a 12,00%+TR a.a	1,00% a.a a 12,00%+TR a.a
Aplicação Financeira	89% a 100% do CDI	89% a 100% do CDI

No exercício de 2016, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

### BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$ mil)

Honorários e Cédula de Presença	1.656
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	39

## Notas Explicativas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de crédito, o qual, a Cooperativa tem participação (Nota 9, 13 e 24) e está presente e no conselho de administração e com o Bancoob (Nota 9 e 13).

	Transações com Sicoob Central ES e Bancoob	
	2016	2015
Ativo	318.856	246.379
Títulos e Valores mobiliários	17.194	10.988
Relações Interfinanceiras	301.662	235.391
Passivo	156.481	182.747
Relações Interfinanceiras	147.939	173.394
Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.542	9.353
Receitas	18.208	8.961
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	2.376	2.453
Ingressos de Depósitos Interfinanceiros	15.832	6.508
Despesas	14.116	11.039
Operações de Empréstimos e Repasses	13.117	11.027
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	999	12

### 24. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB LESTE CAPIXABA responde solidariamente pelas obrigações contraiadas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL ES, em 31/12/2016, foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 08/02/2017, com opinião sem modificação.

### 25. Gerenciamento de Risco

#### 25.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

#### 25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB LESTE CAPIXABA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB LESTE CAPIXABA** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no site eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB LESTE CAPIXABA** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

#### 25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB LESTE CAPIXABA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB LESTE CAPIXABA** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB LESTE CAPIXABA** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

#### 25.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB LESTE CAPIXABA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB LESTE CAPIXABA** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

#### 26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$50.600 mil (31/12/2015 – R\$ 38.603), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

#### 27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### 28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2016	2015
Patrimônio de Referência	296.499	246.152
Margem de Compatibilização	191.950	153.435
Índice da Basileia	36,87%	34,51%
Margem de Imobilização	139.261	114.249

#### LINHARES-ES, 13 de março de 2017.

**Alair José Giurinto**  
Diretor Executivo  
CPF: 931.067.267-68

**Michelle Sabaini Calmon Manzoli**  
Diretora Operacional  
CPF: 009.854.567-10

**Fábia Lorena Rosi Mantovanelli**  
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES  
CPF: 007.835.517-62

**Jonas Geraldo Ardison**  
Coordenador do Conselho Fiscal

**Cristina Marie Abiko**  
Secretário do Conselho Fiscal

**Josimar Lino Bandeira**  
Conselheiro Fiscal - Efetivo

## Relatório de Auditoria

Aos Administradores e Cooperados Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba (“Cooperativa” ou “Sicoob Leste Capixaba”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Outros assuntos

#### Informações suplementares relativas ao segundo semestre de 2016

Conforme resolução 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional – CMN, as demonstrações contábeis das cooperativas de crédito singulares relativas ao primeiro semestre do exercício social estão dispensadas da necessidade de auditoria independente. Consequentemente, as informações financeiras suplementares da Cooperativa relativas ao segundo semestre de 2016, apresentadas em conjunto com os saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram objeto específico de auditoria e estão sendo apresentadas como informação suplementar.

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Cooperativa em 31 de dezembro 2016 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 17 de março 2016, expressa uma opinião sem ressalvas.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 “S” ES

Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG070614/O-5 “S” ES

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – PricewaterhouseCoopers, datado de 13 de março de 2017, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Linhares/ES, 16 de março de 2017.